

COMUNICADO 25.10.2024



A PROPÓSITO DOS ÚLTIMOS INCIDENTES - A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) lamenta qualquer perda de vidas, resultante de todo o tipo de ocorrências ou em quaisquer contextos, apelando e defendendo o cumprimento dos quadros legais e à restituição da ordem e tranquilidade públicas - *evidenciando total solidariedade para com os profissionais da PSP que enfrentam, mais uma missão difícil, arriscada, complexa e extremamente exigente. Algo que vem acontecendo, não agora, mas há muito tempo.* Temo-lo alertado.

A ASPP/PSP deplora e condena todo o tipo de aproveitamento político, jornalístico e mediático que surgiram neste incidente e sempre que ocorrem outros idênticos. Admitimos a legitimidade, a importância e a necessidade de informar e comentar, mas criticamos todo o ruído inqualificável, com rotulagens vazias, acusações infundadas, observações sem conhecimento factual dos incidentes e da missão policial, omissão e/ou deturpação da verdade, permanência de vários intervenientes a fazerem-se substituir à Direção Nacional da PSP na abordagem a questões operacionais e outras.

A ASPP/PSP reitera que, após estes acontecimentos, deve deixar-se "respirar"- dar tempo ao tempo - aguardar pelas conclusões dos inquéritos e diligências e não reagir impetuosamente ou oportunisticamente. A mediatização em demasia pode fomentar ao fenómeno de repetição e impulsos vários. A constante abordagem a agendas criminais e a discussão ou divulgação e comentário sobre o crime, de forma sensacionalista e desenquadrada, como tem acontecido há muito, apenas serve para criar um alarmismo e em nada ajudando ao equilíbrio social.

A ASPP/PSP questiona - onde esteve a comunicação social e alguns responsáveis políticos, aquando da denúncia de várias perspetivas que poderão estar na base destes episódios. Pergunta ainda - o porquê de só se promoverem discussões tão "depauperantes" quando acontecem perdas de vida, incidentes graves, infortúnios e porque se alimentam debates, programas, notícias quando a situação está crítica e, depois da recolha dos louros, tudo fica igual.

A ASPP/PSP questiona o que foi feito nos últimos anos, sobre os problemas que hoje se colocam. Qual o investimento no policiamento de proximidade. No efetivo policial. Nas condições de trabalho dos profissionais. Entendemos que os fenómenos criminais são complexos e qualquer visão, resolução e reação simplista, apenas reflete pura demagogia.

A ASPP/PSP não entende como se tem vindo a descurar a ligação fulcral entre as polícias e as comunidades, principalmente com os interlocutores certos, que promovam a uma compreensão e respeito mútuo. Não excluímos, no entanto, a necessidade de restituição da ordem pública, sempre que existam indícios e comportamentos que queiram comprometer essa mesma tranquilidade.

A ASPP/PSP considera que a ausência e escassez de meios como "tasers" e "bodycams", equipamentos de ordem pessoal, viaturas, instalações, a escassez de efetivo, o descurar de um policiamento comunitário com raiz política e entrosamento com outros atores sociais que não existem, por falência de políticas sociais e criação/manutenção de guetos, a problemática da formação [inclusive a necessidade de um estatuto do formador], o quantas vezes débil enquadramento e planeamento operacionais no quotidiano do patrulheiro, a desvalorização dos polícias (remuneratória e do seu papel social), o desrespeito pelo estatuto policial, colocam a missão muito mais difícil, mas todas estas reivindicações têm sido colocadas pela ASPP/PSP aos sucessivos governos, às várias direções da PSP e quase sempre ignoradas ou simuladas, por via de campanhas de marketing, de anúncios ou por medidas meramente reativas e acessórias.

A ASPP/PSP encontra-se disponível para reunir com o governo, autarcas e DN-PSP, no sentido de uma abordagem séria, responsável e construtiva, aí sim, construindo caminhos e soluções para os problemas reais e prementes. Aliás, a ASPP/PSP há cerca de dois anos, endereçou cartas a autarcas do país, comandantes, Direção da PSP e MAI, apelando ao não branqueamento e secundarização dos problemas que assolam a PSP e a segurança interna. Qual a resposta dada?

A ASPP/PSP, por tudo isto, decidiu, desde o dia da morte do cidadão Odair Moniz, declinar todos os convites endereçados pela comunicação social, enquanto o contexto se basear no ímpeto, no oportunismo, no ruído, no nervosismo, no radicalismo e populismo. Uma posição assumida, não por ignorar a dimensão do fenómeno, mas por responsabilidade e na preservação do interesse dos visados, das Instituições, do inquérito e dos processos em curso.

A Direção da ASPP/PSP